



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.8.0374023-6

Tipo Jurídico

Requerimento de empresário

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

2024/00639827-1

31/07/2024 12:24:24

JUCERJA

Último arquivamento:

00005154960 - 31/10/2022

NIRE: 33.8.0374023-6

LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS

Boleto(s): 104806580

Hash: 1D4506E7-3F11-4B6F-8F7F-FDB4FCEDB479

Orgão	Calculado	Pago
Junta	741,00	741,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
046	1	Alteração / Transformação
022	1	Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial
307	1	Alteração / Reenquadramento de Microempresa como Empresa de Pequeno Porte
xxx	xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxx	xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Requerente

Nome:	LUIZ ANTONIO DA SILVA FARIA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	21997924539
E-mail:	luizfari203@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	31/07/2024
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

31/07/2024

Data



2024/00639827-1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS

Nome Novo: DEDEFONE SERVICOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA

NIRE: 338.0374023-6 Protocolo: 2024/00639827-1 Data do protocolo: 31/07/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 01/08/2024 SOB O NÚMERO 33213415027, 00006375700 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 4C46311B3B976D07145D4EB1220FAB5A42E9E18B25ACF23BCA88A6EE61427CBB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



ATO CONSTITUTIVO
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

Pelo presente instrumento particular:

LUIZ ANTONIO DA SILVA FARIA, de nacionalidade brasileira, nascido em 26/05/1956, filho de **Miguel Alves de Faria** e de **Lina Rosa da Silva Faria**, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade (CNH) nº 00333074616, expedida pela DETRAN/RJ em 05/03/2024; inscrito no CPF/MF nº 373.252.137-00; residente e domiciliado na Rua Antônio Rusch, nº 104 – Maria Paula; São Gonçalo/RJ, CEP: 24754-220, empresário individual com sede na Rua Visconde de Sepetiba, nº 90 - Loja 101; Centro – Niterói/RJ, CEP: 24020-206, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – JUCERJA sobre o NIRE: 33.8.0374023-6 e inscrito no CNPJ/MF nº 18.023.270/0001-83, fazendo uso do que permite o **artigo 968, § 3º do Código Civil, bem como o artigo 62 § 5 da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020**, ora transforma o seu registro de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL em SOCIEDADE LIMITADA, uma vez que admite com sócio o Sr. **ROGGER LUIZ DA SILVA FARIA**, de nacionalidade brasileira, nascido em 09/11/1985, filho de **Luiz Antônio da Silva Faria** e de **Maria Kelly da Silva Faria**, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 201338613-3, expedida pela CREA/RJ em 25/08/2014; inscrito no CPF/MF nº 116.443.597-31; residente e domiciliado na Rua Visconde do Uruguai, 160 – Centro, Niterói/RJ - CEP: 24030-082; passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE LIMITADA a qual se regerá, doravante, pelo presente Contrato Social ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

CLÁUSULA 1ª – DA RAZÃO SOCIAL E TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)

1.1. A Sociedade Limitada será conhecida juridicamente pelo Nome Empresarial “**DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA**”, e comercialmente pelo Nome Fantasia “**DEDEFONE**”, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações oriundas da predecessora.

CLÁUSULA 2ª - DA SEDE SOCIAL

2.1. Esta sociedade tem sua sede nesta Cidade, na **Rua Visconde de Sepetiba, 90 - Loja: 101 - Centro, Niterói/RJ - CEP: 24020-206**.

2.1.1 Esta sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante alteração contratual.

CLÁUSULA 3ª – DO INÍCIO E DURAÇÃO

3.1. A empresa iniciou suas atividades em 29/04/2013 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA 4ª - DO OBJETO SOCIAL

4.1. A sociedade tem por objeto social os serviços de imunização e controle de pragas urbanas, dedetização, desratização, descupinização, desinfecção, desinsetização, fumigação e similares; serviços de roçagem, capinagem manual, capinagem mecânica e capinagem química e demais serviços relacionados à preparação de solo; esvaziamento e a limpeza de tanques de infiltração e fossas sépticas, sumidouros e poços de esgoto, galerias de águas pluviais e tubulações; serviços de limpeza de chaminés, de fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar, limpeza de máquinas industriais, varrição, limpeza e conservação de ruas e logradouros, serviços de limpeza geral de prédios de qualquer tipo, tais como, residências, escritórios, fábricas, armazéns, hospitais, prédios públicos e outros prédios que desenvolvem atividades comerciais e de serviços; serviços sanitários, serviços de esterilização, sanitização e desinfecção de ambientes em geral, inclusive de ambientes escolares e hospitalares, serviços de limpeza de caixa de gordura, limpeza de caixa de água, piscinas, cisternas e de outros reservatórios de água.

4.2. CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

- CNAE: 8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas;
- CNAE: 0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita;
- CNAE: 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
- CNAE: 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;
- CNAE: 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente.

CLÁUSULA 5ª - DO CAPITAL SOCIAL

5.1. O capital social da sociedade será de 400.000,00 (quatrocentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda legal corrente no país.

5.1.1. Em vista do novo tipo jurídico e sua composição societária, doravante, o capital social desta sociedade fica dividido em quotas 400.000 (quatrocentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

SÓCIOS	QUOTAS	PERCENTUAL	VALOR
LUIZ ANTONIO DA SILVA FARIA	200.000	50 %	R\$ 200.000,00
ROGGER LUIZ DA SILVA FARIA	200.000	50 %	R\$ 200.000,00
TOTAIS	400.000	100 %	R\$ 400.000,00

5.1.2. A responsabilidade de cada sócio é limitada a sua participação no capital social e todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

5.1.3. Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CLÁUSULA 6ª - DA CESSÃO DE QUOTAS

6.1. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA 7ª - DA ADMINISTRAÇÃO

7.1. A sociedade passará a ser administrada pelo sócio **ROGGER LUIZ DA SILVA FARIA**, para o que está dispensado da prestação de caução.

7.1.1. Ao administrador compete o uso da firma, com poderes e atribuições para gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, contratar e demitir funcionários, realizar compras de produtos ou tomar serviços de qualquer espécie e tudo o mais concernente à sociedade, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade.

7.1.2. Faculta-se ao administrador, nos limites dos seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

7.1.3. Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei n.º 10.406/2002.

7.1.4. A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

7.1.5. É expressamente vedado aos sócios, administradores, procuradores ou empregados prepostos, o uso da denominação social sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios, estranhos à atividade comercial, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor e quaisquer garantias de que natureza for, sendo nulo e inoperantes com relação a sociedade, todos atos praticados, que envolverem obrigações entranhas aos objetivos da sociedade. Ficando estabelecido que, aqueles que desobedecerem ao disposto neste parágrafo, responderá pessoalmente com seus bens particulares, com sua participação societária e tudo o mais que possa produzir numerário, para o pagamento das obrigações indevidamente assumidas pelo(a) sócio(a), administrador(a), procuradores ou empregados prepostos faltosos.

CLÁUSULA 8ª - DA REMUNERAÇÃO

8.1. Os sócios poderão fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA 9ª - DO DESIMPEDIMENTO

9.1. O sócio administrador declara sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado e nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA 10 - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

10.1. Anualmente em 31 de dezembro de cada ano, terminado o exercício social, será levantado Inventário, Balanço Patrimonial e Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, as perdas ou lucros apurados, ou ainda, se for o caso, levado à conta de aumento de capital.

10.1.1. Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir do resultado do período apurado.

10.1.2. Os sócios poderão definir, em acordo de quotistas, a distribuição desproporcional de lucros e perdas, conforme autorizado pelo Art. 1.007 do Código Civil, bem como a compra e venda de suas quotas, a preferência de adquiri-las, o exercício do direito a voto ou o poder de controle e outras matérias específicas, sempre por unanimidade, devendo o(s) acordo(s) de quotistas ser observados pela sociedade quando arquivados na sua sede, consoante aplicação supletiva do Art. 118 da Lei 6.404/1978.

10.1.3. A empresa poderá também levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse dos sócios mensalmente a título de antecipação de lucros, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se eles forem distribuídos com prejuízo do capital.

CLÁUSULA 11 - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

11.1. A sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa dos sócios. Caberá aos sócios estabelecerem o modo de liquidação, promover a liquidação ou nomear o liquidante que deverá funcionar durante o prazo dela, ficando desde já, estabelecido que os sócios tenham direito de preferência, para a aquisição de bens móveis e imóveis, pertencentes à sociedade no momento de sua dissolução ou liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do sócio na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA 12 - DA RETIRADA, INTERDIÇÃO, INCAPACIDADE

12.1. Em caso de retirada, interdição, incapacidade de qualquer um dos sócios, a Sociedade não se dissolverá. A família da sócia interdita ou incapacitada, terá um prazo de 30 (Trinta) dias para apresentar um substituto com poderes legais que possa responder pelas quotas da sócia ausente ou, neste mesmo prazo, informar que não ficarão na sociedade, resgatando-se assim seus haveres, tomando-se por base em Balanço Geral, especificadamente levantado para tal fim, no prazo de 30 (trinta) dias do evento, cujo pagamento será feito à vista.

12.1.1. Em caso de falência de quaisquer dos sócios, as quotas da mesma serão transferidas única e exclusivamente para a sócia remanescente.

CLÁUSULA 13 - DO FALECIMENTO DE SÓCIO

13.1. Diante do falecimento de algum dos sócios, abre-se a possibilidade de: Liquidação das quotas do falecido (dissolução parcial), dissolução total da sociedade pelos sócios remanescentes ou sucessão das quotas do falecido.

I. Liquidação das quotas do(a) falecido(a): Aqueles que tenham fundamento no art. 1.028, caput, do Código Civil, a deliberação é tomada pelos sócios remanescentes, hipótese que não depende da apresentação de alvará ou formal de partilha, nem tampouco da ciência ou anuência prévia dos sucessores do sócio(a) falecido(a), de cônjuge ou da participação do inventariante. Caberá aos sócios remanescentes reduzirem proporcionalmente o capital social ou suprir a quota liquidada, de acordo com o art. 1.031, §1º, do Código Civil.

A apuração e o pagamento dos haveres devem observar o regramento legal (art. 1.031, § 2º, Código Civil).

Não há liquidação de quotas quando se aplicarem as regras dos incisos do art. 1.028 do Código Civil, quando os remanescentes optarem pela dissolução total da sociedade ou quando, por acordo com os herdeiros, for regulada a substituição do sócio falecido. Contudo, vincula-se tal ingresso à vontade dos remanescentes, e se estes não possuírem interesse no ingresso daqueles, poderão desde logo realizar alteração contratual e liquidar a quota do falecido, sem a necessidade de apresentação de alvará e/ou formal de partilha.

II. Dissolução total pelos sócios remanescentes: É possível, diante do falecimento de um dos sócios, que os sócios remanescentes optem pela dissolução total da sociedade, de acordo com o art. 1.028, inciso II, do Código Civil, hipótese que não depende da apresentação de alvará ou formal de partilha, nem tampouco da ciência ou anuência prévia dos sucessores do sócio falecido, de cônjuge ou da participação do inventariante.

A dissolução total da sociedade, com a consequente liquidação do patrimônio social e a sua extinção, deve observar o regramento legal (artigo 1.028, II, c/c artigo 1.102 e seguintes do Código Civil).

III. Sucessão de quotas: Quando as quotas forem transferidas, é necessária a apresentação do alvará judicial e/ou formal de partilha, conforme determina o art. 619, inciso I, do Código de Processo Civil. A autorização judicial pode ser substituída por documento equivalente emitido por cartório de notas, nos casos em que se admite inventário extrajudicial.

Nessa hipótese, os herdeiros serão qualificados e comparecerão na condição de sucessores do sócio falecido, podendo, no mesmo instrumento, haver o recebimento das suas quotas e a transferência a terceiros.

A representação do espólio em atos societários que não impliquem em transferência patrimonial pode ser realizada pelo inventariante, sendo necessário apresentar o termo de inventariança.

CLÁUSULA 14 - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca da cidade do Niterói/RJ, como competente para dirimir as dúvidas e questões oriundas da real interpretação do presente instrumento de Contrato Social, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 15 - DAS OMISSÕES

15.1. Os casos omissos ao presente instrumento, serão resolvidos pelas leis em vigor.

Pela exatidão do acima estipulado, os sócios assinam o presente instrumento, para que depois de registrado na JUCERJA, produza os efeitos legais, de acordo com a legislação em vigor.

Niterói, 15 de julho de 2024.

LUIZ ANTÔNIO DA SILVA FARIA
CPF/MF nº 373.252.137-00

ROGGER LUIZ DA SILVA FARIA
CPF/MF nº 116.443.597-31

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS

Nome Novo: DEDEFONE SERVICOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA

NIRE: 338.0374023-6 Protocolo: 2024/00639827-1 Data do protocolo: 31/07/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 01/08/2024 SOB O NÚMERO 33213415027, 00006375700 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 4C46311B3B976D07145D4EB1220FAB5A42E9E18B25ACF23BCA88A6EE61427CBB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE ME PARA EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

A sociedade **DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, registrada na Junta Comercial em 29/04/2013 sob o NIRE 33.8.0374023-6, inscrita no CNPJ sob no 18.023.270/0001-83 e estabelecida na **Rua Visconde de Sepetiba, 90 - Loja: 101 - Centro, Niterói/RJ - CEP: 24020-206**, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se reenquadra da condição de MICROEMPRESA para EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Ato: 002 - Alteração

Evento: 307 - Reenquadramento de Microempresa como Empresa de Pequeno Porte

Niterói, 15 de julho de 2024.

Sócio - LUIZ ANTÔNIO DA SILVA FARIA

CPF/MF nº 373.252.137-00

Sócio - ROGGER LUIZ DA SILVA FARIA

CPF/MF nº 116.443.597-31

Viabilidade: RJP2400224187 DBE: RJ0905259918023270000183



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS, NIRE 33.8.0374023-6, PROTOCOLO 2024/00639827-1, ARQUIVADO EM 01/08/2024, SOB O NÚMERO (S) 33213415027 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
✓ 373.252.137-00	LUIZ ANTONIO DA SILVA FARIA
✓ 116.443.597-31	ROGGER LUIZ DA SILVA FARIA

01 de agosto de 2024.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

